

Na véspera da paralisação, prefeita anuncia que não mexe na Funprev já

Governo municipal anuncia aportes futuros na Funprev para ajudar na redução de déficit atuarial de R\$ 323 milhões

TÂNIA MORBI

Na véspera do dia previsto para paralisação dos servidores da Prefeitura de Bauru, a prefeita Suellen Rosim (PSC) recuou ontem e, por meio de suas redes sociais, anunciou que não enviará a proposta de reforma neste ano para Câmara. Mais tarde, através de sua assessoria, divulgou as medidas alternativas que pretende apresentar à Secretaria Nacional da Previdência e, caso sejam aprovadas, enviar para análise dos vereadores na Câmara. A greve de um dia, hoje, foi definida pelos servidores em protesto à possibilidade de administração municipal de implantar, de forma integral, a reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal, como opção para equalizar o déficit atuarial da Funprev (fundação previdenciários dos funcionários municipais).

Entre as medidas anunciadas ontem pela prefeita está previsto um aporte de R\$ 10 milhões da prefeitura à Funprev, no começo de 2023,

GREVE MANTIDA

Sinserm comunicou que paralisação de um dia vai ser realizada hoje

com outros aportes sendo feitos, mensalmente, a partir de 2025. Além disso, o município pretende usar as futuras vendas da folha de pagamento, que acontecem a cada cinco anos, também em aporte na fundação previdenciária.

ENFRAQUECER

Como mostrou o Jornal da Cidade/JCNET em sua edição de segunda-feira (29), o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) marcou a paralisação desta quarta-feira (31), como forma de pressionar o governo ao debate sobre as alternativas à reforma da previdência uma vez que, segundo o sindicato, a prefeita ainda não havia conversado com os representantes dos servidores a respeito, ao mesmo tempo em que já havia sinalizado com a im-

plantação da reforma, inclusive com o envio de proposta à Funprev, documento retirado no último dia 17.

Apesar do anúncio, a paralisação foi mantida, segundo divulgou o Sinserm. Em nota, a entidade afirma que a manifestação da prefeita não configura documento oficial e nem dá segurança jurídica ao que foi divulgado. "A mensagem publicada nas redes sociais tem nítido objetivo de enfraquecer o movimento dos servidores para que, futuramente, um novo projeto, possivelmente mais radical, seja proposto pelo Executivo", afirmou o sindicato.

SEM CONVÊNIO E RECURSOS

A apresentação de propostas para sanar o déficit previdenciário é condição para que o município renove seu Certificado de Regularização Previdenciária (CRP), que permite a celebração de convênios e o recebimento de recursos do Governo Federal. O certificado atual é válido até o dia 24 de setembro.

Por isso, segundo apurou



Reprodução/rede social

Suellen, em foto publicada ontem, em uma de suas redes sociais

a reportagem, o município trabalha com a possibilidade de permanecer algum tempo sem o CRP, até que as medidas anunciadas hoje sejam aprovadas, tanto pelo governo federal quanto pelo parlamento local.

Este período pode chegar, ainda de acordo com o apura-

do, até o início de 2023, devido ao período eleitoral e pelo fato de, no final de ano, ser menor o movimento de assinatura de convênios e liberação de recursos, especialmente se houver troca de comando em Brasília. Porém, o objetivo é que até o final de outubro o CRP esteja renovado.

Medida é 'oportunistamente e eleitoreira', acusa Estela Almagro

Além da paralisação durante o dia, os servidores planejam uma manifestação em frente à sede da prefeitura, por volta das 16h, e logo após seguem até a Câmara, onde às 18h acontece uma audiência pública pedida

pela vereadora Estela Almagro (PT), que tinha como mote a discussão sobre a possibilidade de implantação da reforma previdenciária e alternativas para a saúde financeira da Funprev. A posição da prefeita gerou fortes

críticas da vereadora, que chamou a decisão de "oportunistamente e eleitoreira", por ser tomada às vésperas das eleições, nas quais a mãe da prefeita, Lúcia Rosim, é candidata a deputada estadual.

Para Estela, a decisão de

implementar as mudanças na fundação já havia sido tomada pela prefeita, tanto que um projeto foi enviado à Câmara, mas retirado no mesmo dia em que seria realizada audiência pública sobre o assunto.

No entanto, segundo Estela, o Executivo já teria informado sua decisão à Secretaria Nacional da Previdência, com envio da proposta de implantar a reforma. "Mas ela não colocou a decisão em debate, porque o documento é interno e de envio periódico", afirmou. "O governo e ela mentiram", afirmou a vereadora.

A mobilização dos servidores também levou à mudança, na opinião da petista. "Ela está sendo oportunista, casuística e chamando os servidores e o parlamento de burros. E está sendo irresponsável porque uma medida politiquera não resolve o problema da Funprev, mas a mãe dela é candidata. Essa medida é panfletária e eleitoreira", afirmou.

As medidas anunciadas pela prefeitura não resolvem todo o problema do déficit previdenciário do município.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política **Página:** 4